



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO

CARTÓRIO TJSP

Simulado Especial

Simulado Cartórios TJSP

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Cartórios TJSP;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-Cartórios-TJSP-04-07-20>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

Juliana Chevônica

01. Sobre os serviços notariais e de registro arque a alternativa correta.

- a) Por serem oriundas de regime de delegação a pessoa privada, as serventias judiciais não compõem um feixe de competências públicas.
- b) Os atos notariais e de registro são pagos por emolumentos, que nada mais são que tarifas.
- c) A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros requisitos, da imprescindibilidade de diploma de bacharel em direito.
- d) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois anos.

02. assinale a alternativa incorreta a respeito da outorga, da investidura e do exercício da atividade notarial e registral no Estado de São Paulo:

- a) Nos títulos de outorga da delegação, serão certificados pela Corregedoria Geral da Justiça a data da investidura e, pela Corregedoria Permanente, a data de início do exercício.
- b) A investidura na delegação perante a Corregedoria Geral da Justiça dar-se-á, em regra, concomitantemente com o ato de outorga de delegação.
- c) O exercício da atividade notarial ou de registro terá início dentro de 15 (quinze) dias contados da investidura.
- d) Não ocorrendo a investidura no prazo marcado, será tornada sem efeito a outorga da delegação por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

03. Em caso de ausência e impedimento circunstanciais, o titular será substituído pelas pessoas indicadas na seguinte ordem:

- a) escrevente do mesmo serviço, escrevente substituto, preposto de outro serviço extrajudicial na mesma comarca, preposto de outra comarca.

b) escrevente substituto; outro escrevente do mesmo serviço, delegado ou preposto de outro serviço extrajudicial da mesma comarca; delegado ou preposto de outra comarca.

c) escrevente substituto; delegado ou preposto de outro serviço extrajudicial da mesma comarca; outro escrevente do mesmo serviço; delegado ou preposto de outra comarca.

d) escrevente mais antigo na serventia; outro escrevente do mesmo serviço; delegado ou preposto de outra comarca; delegado ou preposto da mesma especialidade, à escolha do titular.

04. Assinale a alternativa correta.

a) Somente os titulares da delegação estão sujeitos ao poder censório-disciplinar das Corregedorias Permanentes e da Corregedoria Geral da Justiça.

b) Os notários e registradores não respondem pelas infrações praticadas por seus prepostos.

c) A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a fé pública.

d) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, salvo se em livre nomeação e exoneração.

05. A respeito de infrações disciplinares e das penalidades cabíveis, é incorreto afirmar:

a) Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, à pena de multa.

b) Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de noventa dias, prorrogável por mais sessenta.

c) A penalidade de suspensão é aplicável na hipótese de reiterado descumprimento dos deveres ou em caso de falta grave.

d) Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.

06. Sobre a extinção da delegação, é incorreto afirmar:

- a) Renúncia é uma de das possibilidades.
- b) O descumprimento comprovado da gratuidade prevista em lei pode dar causa à extinção.
- c) Pode ocorrer por perda, quando houver sentença transitada em julgado ou decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa.
- d) Ocorre com a aposentadoria compulsória.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Schwab

07. Determina o artigo 9º da Lei 6.015/1673 que será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade. Em relação ao expediente ao público no estado de São Paulo é incorreto afirmar:

- a) Na Comarca da Capital, os Registros Cíveis das Pessoas Naturais funcionarão das 9:00 às 17:00 horas nos dias úteis, e das 9:00 às 12:00 horas aos sábados. Aos domingos, feriados e dias de paralisação das atividades forenses, observar-se-á o sistema de plantão.
- b) Nos dias em que o sábado anteceder ou suceder feriados prolongados, a abertura é facultativa, a critério do titular, observado o regime de plantão em caso de não abertura.
- c) O funcionamento no sistema de plantão obedecerá, onde houver, aos convênios em vigor eventualmente celebrados com os serviços funerários locais.
- d) Consideram-se inválidos os atos de Registro Civil das Pessoas Naturais lavrados fora das horas regulamentares ou em dias em que não houve expediente.

08. A respeito da escrituração e ordem de serviço no Estado de São Paulo, é correto o que se afirma em:

- a) O livro “E”, com 150 (cento e cinquenta) folhas, é privativo da sede da Comarca ou do 1º Subdistrito de cada Comarca, não podendo o Oficial de Registro, desdobrar pela natureza em livros especiais.
 - b) Poderão ser inutilizados, sem prévia reprodução por processo de microfilmagem ou mídia digital, os seguintes documentos: mandados judiciais, petições de registro tardio e procedimentos administrativos que envolvam registros ou averbações, inclusive reconhecimento de paternidade socioafetivo (Prov. CNJ 63/2017) e alteração de prenome e/ou sexo de pessoa transgênero (Prov. CNJ 73/2018).
 - c) Para facilidade do serviço, podem os livros ser escriturados em folha do tipo A4, destinando-se a frente e o verso de cada folha para um único assento.
 - d) Poderão ser inutilizados imediatamente, sem necessidade de reprodução por processo de microfilmagem ou mídia digital, os editais de proclamas recebidos de outros Registros Cíveis das Pessoas Naturais, assim como oriundos da própria serventia, após assentados em livro próprio.
- 09.** Os prenomes são definitivos e somente serão admitidas retificações e alterações nos seguintes casos:
- a) exposição de seus portadores ao ridículo, após de autorização judicial.
 - b) alteração imotivada do art. 56 da Lei 6.015/73, independente de autorização judicial.
 - c) alteração de nome de pessoa transgênero, após autorização judicial.
 - d) substituições ou acréscimos de apelidos públicos notórios, independente de autorização judicial.

10. Os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos. A publicidade prevista no texto legal, normalmente, ocorre por meio de expedição de certidões solicitadas pelos usuários. Dessa forma, a respeito das certidões, é incorreto afirmar:

- a) As certidões de registro civil em geral, requeridas por terceiros, ressalvados dispostos nos arts. 45, 57, §7º e 95 da Lei nº 6.015/73, 6º da Lei nº 8560/92 e Provimento 73 da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nas hipóteses de certidão em inteiro teor, serão expedidas independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente
- b) O registrando poderá ser natural do município em que ocorreu o nascimento ou do município de residência da mãe ou do pai na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, cabendo ao declarante optar no ato de registro de nascimento.
- c) As certidões de nascimento de inteiro teor de pessoa adotada somente serão expedidas mediante autorização judicial, mesmo quando pedido tiver sido formulado pelo próprio adotado ou por seu representante legal, devido a natureza sigilosa do conteúdo.
- d) A alteração decorrente de legitimação, legitimação adotiva, proteção à testemunha, reconhecimento de paternidade, alteração de patronímico e adoção deverá ser incluída na própria certidão, mas neste caso proibido o uso da inscrição de que “a presente certidão envolve elementos de averbação à margem do termo”, e, igualmente, proibida a menção sobre a origem do ato

11. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão apresentadas ao Oficial competente, do lugar de residência do interessado. Assim, a respeito do registro tardio, é incorreto:

- a) O requerimento de registro poderá ser formulado pelo próprio interessado, ou seu representante, bem como pelo Ministério Público nos termos da normatização incidente.

b) O procedimento de registro tardio não se aplica para a lavratura de assento de nascimento de indígena.

c) Se a declaração de nascimento se referir à pessoa que já tenha completado doze anos de idade, as testemunhas deverão assinar o requerimento na presença do Oficial, que examinará seus documentos pessoais e certificará a autenticidade de suas firmas, entrevistando-as, assim como entrevistará o registrando e, sendo o caso, seu representante legal.

d) Na hipótese de nascimento no exterior sem registro, não caberá o procedimento de registro tardio.

12. A averbação será feita pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais em que constar o assento à vista de carta de sentença, de ordem judicial instrumentada por mandado ou ofício, ou, ainda, de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, admitidos em todos os casos documentos em meio físico ou digital. À vista disso, para que o registrador proceda com alguma averbação, é correto afirmar:

- a) As sentenças de separação judicial e de divórcio serão averbadas à margem dos assentos de casamento, independentemente do trânsito em julgado. Mesma regra aplica-se às sentenças de nulidade ou anulação de casamento, as quais serão averbadas mesmo que sujeitas a recurso.
- b) A averbação direta no assento de casamento da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, bem como da decisão extrajudicial de divórcio, que pela lei brasileira tem natureza jurisdicional, deverá ser realizada perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.
- c) Não são passíveis de averbações as sentenças concessivas de adoção do maior.
- d) São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente. Já os registros e certidões necessários à inclusão, do nome do pai no assento de nascimento deverão ser expedidos mediante o pagamento de emolumentos.

TABELIONATO DE NOTAS**Maria Fernanda Dalmaz**

13. Abelardo procurou o Tabelião de Notas de Guarulhos/SP, relatando que o “Cartório de Santos fez uma procuração em favor de Bruna”, mas ela está abusando dos poderes. Relatou, ainda, que ao procurar Bruna, ela lhe disse que não tinha o que fazer, pois detinha os poderes que lhe foram transferidos de maneira irrevogável. Qual poderia ser uma correta orientação do Tabelião:

- a) Abelardo deve buscar a revogação tão somente no Tabelionato de Notas de Santos, pois lá fora lavrada a procuração.
- b) Somente com ordem judicial a procuração pode ser revogada, uma vez que consta ser irrevogável.
- c) O Tabelião de Guarulhos pode lavrar a revogação, a pedido de Abelardo.
- d) A revogação da procuração poderia ser lavrada pelo Tabelião, mas seria ineficaz.

14. O CAPÍTULO XVI do Código de Normas de São Paulo inaugura dizendo que: “O Tabelião de Notas, profissional do direito dotado de fé pública, exercerá a atividade notarial que lhe foi delegada com a finalidade de garantir a eficácia da lei, a segurança jurídica e a prevenção de litígios”. Podemos encontrar alguns princípios notariais expressos nesse específico texto do Código de Normas, **exceto**:

- a) princípio da fé pública;
- b) princípio da profilaxia jurídica;
- c) princípio da cautelaridade;
- d) princípio da territorialidade.

15. A publicidade notarial se opera em linhas gerais, por meio da expedição de certidão. Sobre a expedição de certidão, é correto afirmar:

- a) se configura como meio de publicidade direta, na medida em que qualquer do povo pode solicitar certidão, sem qualquer justificativa;
- b) uma vez lavrado o ato notarial, dele pode se extrair certidão, independentemente da coleta de todas as assinaturas ou de mandado judicial;

c) a certidão é emitida apenas uma vez, mas os traslados podem ser emitidos tantas quantos forem necessários.

d) os emolumentos devidos pela lavratura de ato de transferência de imóvel englobam o valor da emissão do traslado.

16. De acordo com o Código de Normas de SP, são elementos necessários da ficha padrão de reconhecimento de firma, dentre outros:

- a) nome do depositante, endereço, profissão, nacionalidade, estado civil, filiação e data do nascimento;
- b) indicação do número de inscrição no CPF, quando for o caso, e do registro de identidade, ou documento equivalente, com o respectivo número, data de emissão e repartição expedidora;
- c) data do depósito da firma;
- d) todas as alternativas acima estão corretas.

17. “Narração objetiva, fiel e detalhada de fatos jurídicos presenciados ou verificados pessoalmente pelo Tabelião de Notas”. Tem-se aqui a definição de qual ato notarial:

- a) ata notarial;
- b) testamento;
- c) procuração pública;
- d) apostilamento de haia.

18. Mariana compareceu na serventia notarial em que você é o titular, relatando que está tendo problemas com a receita federal, pois vendeu um imóvel e na escritura acabou constando CPF diferente do dela. Onde deveria constar o número 7, nitidamente por um erro de digitação, acabou constando o número 8. Os demais números que compõem o CPF estão corretos.

De fato, Mariana estava com razão: o documento de CPF utilizado no ato está nos arquivos da serventia, sendo facilmente constatada a digitação equivocada.

Diante dessa situação hipotética, você como Tabelião que lavrou o ato contendo o erro, o que poderia fazer para corrigir o número do CPF da Mariana?

- a) poderia lavrar uma ata retificativa, pois se trata de erro constatáveis documentalmente, e que não modifica a declaração de vontade das partes nem a substância do negócio jurídico realizado;
- b) somente por escritura de rerratificação o erro pode ser corrigido, pois é necessário o consentimento do comprador do imóvel, que deve portanto assinar o novo ato;
- c) Mariana concordou com os termos da escritura e a assinou mesmo assim; portanto, precisa buscar autorização judicial para que se promova a alteração do número do seu CPF;
- d) Mariana deverá alterar seu número de CPF na receita federal, para que coadune com a escritura pública.

TABELIONATO DE PROTESTOS

Adriano Alvares

- 19.** Revogada a ordem judicial de sustação, a lavratura e o registro do protesto por falta de pagamento
- a) ficam condicionados ao decurso do prazo legal para tirada do protesto, a fluir por inteiro, independentemente de nova intimação.
 - b) devem ser efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da ordem de revogação.
 - c) exigem nova intimação do devedor.
 - d) ficam condicionados ao decurso do prazo legal para tirada do protesto, autorizado o cômputo do tempo transcorrido antes da ordem de sustação.
- 20.** Analise as assertivas sobre o Protesto segundo as normas de serviço do TJSP:
- I – caso o mandado de sustação de protesto seja apresentado no primeiro dia útil seguinte após a lavratura do protesto, o qualificará como ordem judicial de sustação dos efeitos do protesto, com pronta comunicação ao Juízo respectivo, salvo se constar expressa proibição no mandado.
- II – o Tabelião expedirá certidão de protesto cancelado mediante requerimento escrito do próprio devedor ou ordem judicial.

III – a expedição da certidão de protesto ficará à disposição do solicitante, não havendo nas normas prazo para a sua retirada.

Aponte a alternativa correta:

- a) Somente uma alternativa.
- b) Nenhuma alternativa.
- c) Somente I e II.
- d) Somente II e III.

21. Sobre o protesto e o Código de Normas do TJSP, verifique as afirmações abaixo:

- O pagamento da intimação para o protesto é possível com cheque comum pela microempresa, podendo o credor efetivar reclamações até o prazo de 10 (dez) dias.
- A Cédula Imobiliária Rural para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas, necessita ser protestada.
- Tanto o termo de protesto para fins falimentares quanto o comum terão os mesmos elementos e regras.

Aponte a sequência correta:

- a) F - F - F
- b) V - F - V
- c) F - V - V
- d) V - F - F

22. Lucas Álvares, apresenta uma nota promissória expedida em Portugal, na cidade de Lisboa, com expressão monetária em euro, pagável no município de São Paulo (capital), onde é o domicílio do devedor brasileiro. Lucas, com o inadimplemento do compromisso, apresenta a protesto, no cartório competente:

- a) O tabelião de protesto deve verificar se o título foi atingido pela prescrição ou pela decadência, qualificando apenas os aspectos formais e materiais do documento apresentado, podendo ser pago em euros.
- b) Não poderá realizar o protesto, pois há incompatibilidade da legislação que originou o negócio jurídico.

- c) Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto.
- d) Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado, mesmo que o título estando em Português, em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, a conversão na data do pagamento do documento para protesto.

23. O apontamento a protesto de nota promissória deve ser feito:

- a) No prazo prescricional, segundo o Código Civil.
- b) A qualquer tempo, por falta de prazo legal.
- c) No prazo de três anos.
- d) Antes do vencimento do título.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Débora Cavalcante

24. Sobre o cancelamento dos atos de registro nas Serventias Imobiliárias, é correto afirmar que:

- a) O cancelamento efetuar-se-á mediante registro.
- b) O cancelamento somente poderá ser total, e apenas para aqueles atos de registro previamente elencados em lei.
- c) O cancelamento não pode ser feito em virtude de sentença sujeita, ainda, a recurso.
- d) Far-se-á o cancelamento por meio de requerimento unânime das partes que tenham participado do ato registrado, se capazes, dispensando-se o reconhecimento das firmas por tabelião;

25. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O contrato de comodato imobiliário pode ser averbado no Registro Imobiliário.
- b) O usufruto deducto deve ser registrado no Livro nº 3 – Registro Auxiliar.

c) Assim como a sua cessão ou promessa de cessão, a imissão provisória na posse de bem imóvel, concedida em favor da União, de ser registrada na matrícula do imóvel.

d) Nos casos de terra indígena com demarcação homologada, a União promoverá o registro da área em seu nome, porém quando constatada, durante o processo demarcatório, a existência de domínio privado nos limites da terra indígena, a União deve requerer ao Oficial de Registro a averbação, na respectiva matrícula, dessa circunstância.

26. Nos termos da Lei 10.931/04, a averbação da emissão da CCI com garantia real:

- a) Será realizada no Registro de Imóveis da situação do imóvel, no Livro nº 2 – Registro Auxiliar.
- b) Quando solicitada simultaneamente ao registro da garantia do crédito respectivo não serão considerados como ato único para efeito de cobrança de emolumentos.
- c) Não está dispensada ainda que representada por CCI emitida sob a forma escritural.
- d) É vedada quando houver prenotação ou registro de qualquer outro ônus real sobre os direitos imobiliários respectivos, inclusive penhora ou averbação de qualquer mandado ou ação judicial.

27. Nos termos do Código de Normas do Estado de São Paulo, haverá no Registro de Imóveis, além dos livros comuns a todas as serventias, todos os seguintes:

- a) Livro de Recepção de Títulos; Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 3 – Registro Auxiliar; Livro nº 4 – Indicador Pessoal; Livro nº 5 – Indicador Real; Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.
- b) Livro nº 1 – Registro Geral; Livro nº 2 – Registro Auxiliar; Livro nº 3 – Protocolo; Livro nº 4 – Indicador Real; Livro nº 5 – Indicador Pessoal; Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.
- c) Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 3 – Registro Auxiliar; Livro nº 4 – Indicador Real; Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.

d) Livro de Recepção de Títulos; Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 3 – Registro Auxiliar; Livro nº 4 – Indicador Real; Livro nº 5 – Indicador Pessoal; Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.

28. Sobre o registro do loteamento, é incorreto afirmar:

- a) O registro do loteamento será feito, por extrato, no livro nº 2 – Registro Geral.
- b) Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o registro será requerido primeiramente perante aquela em que estiver localizada a maior parte da área loteada.
- c) O registro do loteamento somente poderá ser cancelado por decisão judicial.
- d) É defeso ao interessado processar simultaneamente, perante diferentes circunscrições, pedidos de registro do mesmo loteamento, sendo nulos os atos praticados com infração a esta norma.

29 – Sobre o Livro nº 1 – Protocolo, é correto que:

- a) A escrituração do protocolo incumbirá somente ao oficial titular ou seu substituto legal.
- b) Poderá ser substituído por fichas.
- c) A cada título corresponderá um número de ordem do protocolo. No entanto, quando verificado que de um título decorrem vários atos, os números de ordem gerados no protocolo corresponderão à quantidade de atos que o título gerar.
- d) Independem de apontamento no Protocolo os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.

30. A respeito do títulos no Registro de Imóveis, assinale a alternativa incorreta.

- a) Serão admitidos a registro escrituras públicas, com exceção daquelas lavradas em consulados brasileiros;
- b) Consideram-se irregulares, para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a que consta do registro anterior.

c) Tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial.

d) Serão admitidos a registro cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

31. NÃO é atribuição dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Jurídicas:

- a) registrar os atos constitutivos, contratos sociais e estatutos das sociedades simples; das associações; das organizações religiosas; das fundações de direito privado.
- b) registrar os atos constitutivos e estatutos dos sindicatos.
- c) registrar os atos constitutivos e contratos sociais das empresas individuais de responsabilidade limitada de natureza simples.
- d) registrar as sociedades empresárias que não tenham a forma simples, conforme estabelecido no Código Civil, inclusive as sociedades anônimas e as sociedades em comandita por ações.

32. Com relação às fundações, marque a alternativa CORRETA:

- a) O registro dos atos constitutivos das fundações depende de prévia aprovação do estatuto pelo Ministério Público, exceto em se tratando de fundação previdenciária, caso em que a aprovação caberá ao órgão regulador e fiscalizador.
- b) O registro dos atos constitutivos das fundações não depende de prévia aprovação do estatuto pelo Ministério Público, exceto em se tratando de fundação previdenciária, caso em que a aprovação será necessária.
- c) A fundação somente pode ser instituída por dotação patrimonial realizada por ato entre vivos, jamais *causa mortis*.
- d) O ato de dotação patrimonial realizado entre vivos não demandará a forma pública, se entre o acervo patrimonial não constar bem imóvel em valor superior a 30 salários mínimos.

33. Sobre a escrituração no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O livro “A” servirá para a matrícula de jornais, revistas e demais publicações periódicas, oficinas impressoras e de agência notícias e terá 200 folhas.
- b) O livro “B” servirá para registro integral de atos constitutivos de pessoas jurídicas, bem como para as averbações das alterações supervenientes do ato constitutivo.
- c) Os livros “A” e “B” poderão ser substituídos pelo sistema de microfilmagem, com termos de abertura e encerramento no início e no fim de cada rolo de microfilme.
- d) A escrituração do livro “Protocolo” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas poderá ser a mesma do Livro “A” de Protocolo do Registro de Títulos e Documentos.

34. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas o oficial deverá:

- a) Fiscalizar e exigir o recolhimento do ITBI e do laudêmio na incorporação de imóvel ao capital de sociedade simples.
- b) Impedir o registro de contrato social quando os sócios forem casados no regime da separação voluntária de bens.
- c) Recusar o registro de EIRELI quando houver registro anterior de EIRELI de titularidade da mesma pessoa.
- d) Exigir a assinatura de advogado nos atos constitutivos, mesmo quando se tratar de micro e pequena empresa.

35. No registro de títulos e documentos:

- a) será registrada a alienação fiduciária em garantia de veículos automotores, para que a garantia seja oponível contra terceiros.
- b) de domicílio do credor, será registrada a alienação fiduciária em garantia de coisas móveis.
- c) o Livro “E”, será dedicado ao Indicador Real e o Livro “F” para Registro Integral de Títulos e Documentos Exclusivamente para Fins de Conservação.

- d) Na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, o Oficial certificará, de plano, o resultado negativo da diligência.

NORMAS ESTADUAIS

Tiago Zanolla

36. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo

- a) A função correicional consiste na fiscalização dos serviços notariais e de registro, sendo exercida, em todo o Estado, pelo Corregedor-Geral da Justiça e é exercida por meio de correições ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, ou, ainda, por visitas.
- b) A função correicional consiste na fiscalização dos serviços notariais e de registro, sendo exercida, em todo o Estado, pelo Presidente do Tribunal de Justiça e é exercida por meio de correições ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, ou, ainda, por visitas.
- c) A função correicional consiste na fiscalização dos serviços notariais e de registro, sendo exercida, em todo o Estado, pelo Presidente do Tribunal de Justiça e é exercida por meio de correições comuns ou extraordinárias, gerais ou parciais, ou, ainda, por inspeções.
- d) A função correicional consiste na fiscalização dos serviços notariais e de registro, sendo exercida, em todo o Estado, pelo Corregedor-Geral da Justiça e é exercida por meio de correições ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, ou, ainda, por inspeções permanentes e ocasionais.

37. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, considere:

- I - delegado ou preposto de outro serviço extrajudicial da mesma comarca
- II - outro escrevente do mesmo serviço;
- III - escrevente substituto a que se refere o art. 20, parágrafo 5º, da Lei 8.935/94;
- IV - delegado ou preposto de outra comarca;

Em caso de ausência e impedimento circunstanciais, o delegado será substituído, pelas pessoas a seguir indicadas, na seguinte ordem:

- a) II - I - III - IV
- b) III - II - I - IV
- c) I - II - IV - III
- d) IV - II - I - III

38. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo não é hipótese de extinção de delegação outorgada a notário ou oficial de registro

- a) morte.
- b) invalidez.
- c) renúncia.
- d) aposentadoria compulsória.

39. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, a certidão digital expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis será gerada unicamente sob forma de documento eletrônico de longa duração, assinada com Certificado Digital ICP-Brasil tipo A-3 ou superior, com inclusão de “metadados”, com base em estruturas terminológicas (taxonomias) que organizem e classifiquem as informações do arquivo digital no padrão Dublin Core (DC), atendidos os requisitos da Infra Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e a arquitetura e-Ping (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), em especial o conjunto normativo relativo aos Padrões Brasileiros de Assinatura Digital.

A certidão digital solicitada durante o horário de expediente, com indicação do número da matrícula ou do registro no Livro 3, será emitida e disponibilizada dentro de

- a) no máximo, 48 horas, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 60 dias.
- b) no máximo, 24 horas, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias.

c) no máximo, duas horas, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 30 dias.

d) no máximo, uma hora, e ficará disponível para download pelo requerente pelo prazo mínimo de 10 dias.

40. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, os desmembramentos de imóveis urbanos não subordinados ao registro especial da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e os rurais, dependerão de

- a) Para os imóveis urbanos, prévia aprovação do Governo Estadual. Nos rurais, atender-se-á a legislação especial do INCRA.
- b) Para os imóveis urbanos, prévia aprovação da Prefeitura Municipal. Nos rurais, atender-se-á a legislação especial do Ministério do Planejamento
- c) Para os imóveis urbanos, prévia aprovação da Loteadora. Nos rurais, atender-se-á a legislação especial da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
- d) Para os imóveis urbanos, prévia aprovação da Prefeitura Municipal. Nos rurais, atender-se-á a legislação especial do INCRA.

41. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo

- a). O atendimento ao público será, no mínimo, de sete horas diárias, em dias e horários estabelecidos pelo Juiz Corregedor Permanente, observadas as peculiaridades locais, sem prejuízo do poder normativo da Corregedoria Geral da Justiça.
- b) O atendimento ao público nas unidades de registro de imóveis do Estado obedecerá ao horário ininterrupto das 9 às 16h, sem prejuízo da jornada de trabalho estipulada pelo Oficial. Quando a Serventia de Imóveis acumular a atribuição de protesto de letras e títulos, o horário de atendimento ao público desta especialidade será o mesmo fixado para o Tabelião de Notas da mesma Comarca.
- c) A jornada de trabalho para atendimento ao público deverá ser de horário ininterrupto nas unidades dos serviços de notas e de registro que contem com,

no mínimo, 02 escreventes.

d) As decisões do Juízo Corregedor Permanente que dispensarem o horário ininterrupto, só entrarão em vigor depois de referendadas pelo Órgão Especial.

42. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, o livro de conciliação e de mediação terá quantas folhas?

- a) 100
- b) 200
- c) 300
- d) 400

43. Consoante disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, os serviços notariais e de registro possuirão os seguintes livros, exceto

- a) Registro Diário da Receita e da Despesa.
- b) Protocolo.
- c) Visitas e Correições.
- d) Portaria e Instruções Normativas da Corregedoria-Geral da Justiça.

44. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, as pastas para arquivo e classificadores terão, em média, quando em papel,

- a) 100
- b) 200
- c) 300
- d) 400

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

45. Assinale a afirmação que melhor reflete a situação do nascituro perante o ordenamento jurídico brasileiro:

- a) o nascituro goza de proteção jurídica;
- b) o nascituro goza de plena personalidade civil;
- c) o nascituro não é titular de direitos subjetivos;
- d) o embrião detém o mesmo tratamento legal dado ao nascituro;

46. Mariana mora com seu pai, um idoso com dificuldade de locomoção, em uma comunidade no centro do Rio de Janeiro, onde vem disputando com sua vizinha parte de um terreno. A vizinha, por sua vez, ameaçou a integridade de seu pai, que passava os dias sozinho em casa enquanto Mariana trabalhava, para que ela assinasse acordo de transação, renunciando os direitos sobre o terreno.

Diante disso, o referido acordo é:

- a) anulável, em razão de dolo.
- b) anulável, em razão de coação;
- c) anulável, em razão de estado de perigo;
- d) nulo, em razão da ausência de vontade;

47. Sobre a responsabilidade civil do menor incapaz, assinale a afirmativa correta.

- a) Eventual indenização por ato ilícito praticado pelo menor incapaz, que venha causar dano físico a terceiro, não compreenderá as despesas de tratamento, lucros cessantes e pensionamento.
- b) Se houver excessiva desproporção entre o grau de culpa e o dano, não poderá o juiz reduzir equitativamente a indenização.
- c) A responsabilidade civil não é independente da criminal, podendo-se questionar a qualquer tempo sobre a existência do fato, ou sobre sua autoria, mesmo que essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

48. Marcelo, 23 anos, universitário, apresenta síndrome de Down em grau leve. Nessa situação, o Direito lhe confere

- a) plena capacidade.
- b) relativa incapacidade, sendo necessária sua assistência.
- c) absoluta incapacidade, sendo necessária sua representação.
- d) plena capacidade apenas para atos patrimoniais.

49. Maria e Joel são companheiros e pais biológicos de Rafaela, menor de idade e parcialmente capaz. Ante a independência financeira de Rafaela, conquistada em razão do ofício como atriz nacionalmente conhecida, Maria e Joel pretendem emancipá-la.

Aproveitando a oportunidade, decidem contrair o matrimônio oficialmente.

Para a regular produção de efeitos jurídicos dos atos, afirma-se que:

- a) O casamento de Maria e Joel deve ser averbado no registro público e a emancipação de Rafaela, averbada.
- b) O casamento de Maria e Joel deve ser registrado no registro público, assim como o eventual divórcio.
- c) O casamento de Maria e Joel deverá ser registrado no registro público, diferente do nascimento de Rafaela, que foi apenas averbado em registro público.
- d) A emancipação de Rafaela ser registrado em registro público, assim como o casamento de Maria e Joel.

50. Jade, divorciada há mais de cinco anos e mãe de três filhos, faleceu aos 83 anos, deixando dois apartamentos, uma casa e dois carros.

Com relação à sucessão de bens, dispõe o código civil que:

- a) apenas os imóveis, individualmente considerados, são bens imóveis, diferentemente da totalidade do patrimônio da falecida.
- b) todos os bens do patrimônio da falecida, inclusive os imóveis, são considerados bens fungíveis.
- c) não se considera o patrimônio total da falecida uma universalidade de direitos dotada de valor econômico.
- d) o direito à sucessão aberta, atribuído aos herdeiros de Jade em relação à universalidade de patrimônio desta, é considerado bem imóvel.

51. Segundo dispõe o Código Civil, a energia transmitida é considerada:

- a) um bem móvel.
- b) um bem dominical.
- c) um bem acessório às torres utilizadas no transporte pela área beneficiária.
- d) um bem público de uso comum.

52. Acerca do entendimento doutrinário e jurisprudencial quanto à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O patrimônio do ofendido não pode funcionar como parâmetro preponderante para o arbitramento de compensação por dano extrapatrimonial.
- b) A compensação pecuniária é o único modo de reparar o dano extrapatrimonial.
- c) A responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores, prevista no art. 932, inc. I, do Código Civil, é objetiva.
- d) Não é admitida, na legislação brasileira, a reparação estritamente in natura, na forma de retratação pública ou outro meio que o valha.

53. Nivaldo, possuidor de área rural há mais de 20 anos, propõe ação de usucapião rural, objetivando o reconhecimento, por meio do juízo competente, de sua propriedade quanto ao bem imóvel.

Acerca da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A usucapião pode abranger tanto áreas privadas, mas não abrange as terras devolutas.
- b) Nivaldo tem que ser possuidor da área por três anos ininterruptos, sem oposição, para deter o direito de pleitear a propriedade por meio da ação de usucapião.
- c) A área deve ser superior a cinquenta hectares e ser tornada produtiva.
- d) A usucapião pode ocorrer ainda que a área rural esteja inserida em parque nacional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Rodrigo Vaslin**

54. Acerca dos negócios jurídicos processuais, assinale a incorreta:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- b) O juiz controlará a validade das convenções relativas aos negócios jurídicos processuais, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.
- c) O calendário processual será fixado de comum acordo entre as partes, independentemente da concordância do juiz, que ficará obrigado a observar os prazos e datas nele estabelecidos, inclusive no tocante à realização das audiências ou outros atos que demandem a sua presidência.
- d) Não se pode dizer que o negócio jurídico processual é uma novidade trazida pelo Código de Processo Civil de 2015, já que o antigo diploma já previa diversos dispositivos que o consagravam.

55. Em relação à ação monitória, não é correto afirmar que:

- a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- b) A ação monitória pode ser proposta tanto para exigir o pagamento de quantia em dinheiro, quanto para entrega de coisa ou adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer.
- c) Admite-se a citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.
- d) Pode haver o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

56. Assinale a alternativa correta acerca do cumprimento de sentença:

- a) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada.
- b) O cumprimento da sentença poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável, ainda que estes não tenham participado da fase de conhecimento.
- c) No cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa não são devidos honorários advocatícios de sucumbência.
- d) o cumprimento de decisão definitiva que condena ao pagamento de prestação alimentícia se dará no juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição ou no juízo do atual domicílio do credor, sendo certo que a intimação do devedor se dará na pessoa de seu advogado.

57. Assinale a alternativa correta sobre o recurso adesivo:

- a) Constitui espécie autônoma de recurso.
- b) Não será conhecido se houver desistência do recurso principal.
- c) O terceiro prejudicado e o Ministério Público, quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, possuem legitimidade para interpor o recurso adesivo.
- d) Será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e no recurso especial.

58. Marque a alternativa incorreta a respeito da execução:

- a) O exequente pode desistir de toda a execução ou de apenas uma parte dela.
- b) O exequente ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução
- c) O juiz, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública não poderão oferecer lance em leilão judicial em nenhuma hipótese.

d) A União, o Estado e o Município serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, no caso de alienação de bem tombado.

59. Em relação à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa incorreta:

a) A suspensão do processo por convenção das partes só poderá perdurar por, no máximo, seis meses, e o juiz determinará o prosseguimento do processo, assim que se esgotar o prazo.

b) O processo poderá ser suspenso pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;

c) A prova testemunhal requerida por carta precatória ou rogatória suspende o processo, sempre.

d) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.

60. A respeito dos prazos, assinale a alternativa correta:

a) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

b) Concedida a tutela antecipada em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

c) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses, não sendo possível, em nenhuma hipótese, a prorrogação desse prazo ser excedida, sob pena de ofensa ao princípio da duração razoável do processo.

d) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 3 (três) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

61. A respeito de empresário e atividade empresarial, assinale a opção correta.

a) O exercício de atividade econômica de forma esporádica não descaracteriza a atividade empresarial.

b) A responsabilidade dos sócios pelas obrigações de uma sociedade empresária que explore irregularmente sua atividade econômica está limitada ao valor do capital social.

c) A responsabilidade dos sócios pelas obrigações de uma sociedade empresária que explore irregularmente sua atividade econômica está limitada ao valor do capital social.

d) O exercício profissional da atividade econômica pressupõe, entre outras características, o monopólio das informações relativas aos bens e serviços oferecidos ao mercado pelo empresário.

62. Consoante permissivo legal, José, desejando desenvolver regular atividade econômica de prestação de serviços, constituiu empresa individual de responsabilidade limitada, adotando por nome empresarial uma firma, seguida da expressão EIRELI. Por opção estratégica, quando da apresentação dos atos constitutivos para registro, José solicitou perante a Junta Comercial o enquadramento para Empresa de Pequeno Porte. A respeito do assunto, assinale a alternativa correta.

a) O estatuto social da EIRELI constituída por José somente poderá ser arquivado se visado por advogado, com a indicação do nome e número de inscrição na respectiva Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

b) José não poderia se valer da concentração das quotas de outra modalidade societária para formalizar a constituição da EIRELI, ante a necessidade de motivação específica para a realização de tal ato.

c) Caso o pedido de registro tivesse designado uma denominação social, o ato constitutivo não poderia ser arquivado e deveria ser colocado em exigência, uma vez que é vedada a formação de nome empresarial de EIRELI sob essa modalidade.

d) Não há óbices para que seja atribuída à EIRELI constituída por José a remuneração de eventual cessão de direitos patrimoniais titularizados por este, desde que vinculados à atividade profissional.

63. A empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, de acordo com sua disciplina legal:

- a) não possui personalidade jurídica própria, embora ofereça limitação de responsabilidade à pessoa natural que a tenha constituído.
- b) não pode ser constituída a partir da transformação de sociedade limitada.
- c) é empresa dotada de personalidade jurídica distinta da pessoa natural que a tenha constituído.
- d) é sociedade empresária personificada.

64. O Código Civil brasileiro disciplina o empresário, as sociedades e o estabelecimento empresarial. Com relação à disciplina vigente, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade de advogados é considerada sociedade empresária, por estar associada ao exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção e circulação de serviços.
- b) O empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão fica obrigado, por expressa determinação legal, a requerer inscrição no Registro Público de Empresas.
- c) O empresário casado não pode, sem a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- d) Não havendo autorização expressa, o alienante de estabelecimento comercial não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.

65. As sociedades em conta de participação e as sociedades cooperativas são previstas e disciplinadas no Código Civil brasileiro. Sobre essas espécies societárias, é correto afirmar:

a) Na sociedade cooperativa, assim como nos demais tipos societários, é obrigatória a limitação quanto ao número máximo de sócios.

b) Na sociedade cooperativa, há a possibilidade de dispensa de fixação do capital social em seu ato constitutivo.

c) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida pelo sócio ostensivo e pelos sócios ocultos capitalistas.

d) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade em conta de participação, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

66. Uma sociedade simples deseja instituir uma sucursal em comarca diversa daquela onde está inscrita a sua sede.

Com referência a essa situação, de acordo com o Código Civil, assinale a opção correta.

- a) A sucursal deverá ser inscrita na circunscrição do registro civil de pessoas jurídicas onde se estabelecerá, e sua constituição será averbada no registro da respectiva sede.
- b) A sucursal deverá ser inscrita na circunscrição do registro público de empresas mercantis onde se estabelecerá, e sua constituição será averbada no registro da respectiva sede.
- c) A sucursal deverá ser inscrita no registro civil de pessoas jurídicas onde ocorreu a inscrição originária da sede.
- d) A sociedade simples e a sucursal deverão estar inscritas na mesma circunscrição do registro público de empresas mercantis.

67. Assinale a alternativa que descreve corretamente todas as espécies legalmente previstas de debêntures.

- a) Com garantia real, sem garantia (quirografária) e subordinadas.
- b) Com garantia real, com garantia fluante, sem garantia (quirografária) e subordinadas.
- c) Com garantia real, com garantia fluante e sem garantia (quirografária).

d) Com garantia fidejussória, com garantia fluante, sem garantia (quirografia) e subordinadas.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

68. Aristildo elaborou um testamento particular e, para economizar, não reconheceu sequer a autenticidade da sua assinatura. Depois de seu falecimento, Júlio, seu sobrinho, adulterou o testamento, acrescentando uma linha com o conteúdo de destinação de um quarto dos bens do tio para si.

Ele incorrerá no crime de:

- a) Falsidade ideológica.
- b) Falsificação de documento público.
- c) Falsificação de documento particular.
- d) Uso de documento falso.

69. Assinale a alternativa correta sobre as alterações da Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime:

- a) Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em estrito cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da Fazenda Pública e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.
- c) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- d) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.

70. Julgue os itens a seguir:

I – Sófocles, de vinte anos de idade, com a intenção de ferir Ronaldo, seu inimigo, agrediu-o com socos no abdome, lesionando-o significativamente. Durante a agressão, João decidiu matar Ronaldo; com o emprego de um taco de madeira, ele golpeou a cabeça de Bernardo, que, em virtude dos ferimentos provocados por esse instrumento, veio a óbito ainda no local do fato. João deve responder por homicídio, em concurso com o crime de lesão corporal.

II- Hermes foi preso em flagrante, após ter praticado o crime de roubo, tendo sido encontrado correndo com a bolsa da vítima em mãos. Pedro foi conduzido à delegacia e interrogado. Quanto ao crime de roubo, admitiu a subtração do bem, mas disse não ter empregado violência ou grave ameaça contra a vítima. Manteve a mesma versão em juízo. Assim, considerando que a confissão de furto não deve ser levada em conta para o crime de roubo, não incide a atenuante no caso.

III - Hércules, de vinte anos de idade, falsificou sinal público de tabelião. Posteriormente, seu irmão, Íficles, fez uso do sinal público falsificado. Ambos responderão pelo crime do artigo 296 do CP, de falsificação do selo ou sinal público.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.

71. Assinale a alternativa que não representa o entendimento consolidado do STJ:

- a) É aplicável o princípio da insignificância nas contravenções penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- b) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- c) É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena

igual ou inferior a quatro anos, se favoráveis as circunstâncias judiciais.

d) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

72. A respeito da competência, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal.

a) Em regra, a competência será determinada pelo lugar em que praticada a infração, ainda que outro seja o local da consumação.

b) No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá aquela.

c) A competência pela prerrogativa de função é do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativamente às pessoas que devam responder perante eles exclusivamente por crimes de responsabilidade.

d) A competência poderá ser determinada pela conexão quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

73. Assinale a alternativa correta tendo em vista as disposições do Código de Processo Penal:

a) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas ainda quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

b) O depoimento será prestado preferencialmente de forma oral, sendo permitido à testemunha, ainda, trazê-lo por escrito.

c) A todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório do acusado, de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes.

d) Se ocorrer dúvida sobre a identidade da testemunha, o juiz procederá à verificação, sendo vedado, nesse caso, a tomada do depoimento.

74. De acordo com o Código de Processo Penal,

a) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado.

b) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome impede o prosseguimento da ação penal.

c) O defensor poderá abandonar o encargo a qualquer tempo, independentemente de justificativa, desde que comunique previamente o juiz.

d) É admitida a nomeação de perito que tiver prestado depoimento no processo ou opinado anteriormente sobre o objeto da perícia.

75. No que diz respeito à citação, assinale a assertiva correta, considerando o previsto no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

a) A citação pessoal é a regra no processo penal, sendo o único legitimado para recebê-la o próprio acusado.

b) Não será permitida a citação de quem estiver participando de ato de culto religioso.

c) Em se tratando de funcionário público, a citação deverá ocorrer na pessoa do chefe de sua repartição.

d) É nula a citação por edital que apenas indica o dispositivo da lei penal, não transcrevendo o conteúdo da denúncia ou queixa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

76. Sobre a ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos da Constituição Federal e da Lei 9.882/1999, está correto que:

- a) será apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o preceito questionado.
- b) poderá ser proposta pela Mesa do Congresso Nacional.
- c) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, mas pode ser objeto de ação rescisória.
- d) o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

77. No que diz respeito às classificações das Constituições, analise as afirmativas sobre a Constituição Federal de 1988:

- I. quanto à origem, a Constituição Federal é democrática.
- II. quanto à forma, a Constituição Federal é escrita.
- III. quanto ao modo de elaboração, a Constituição Federal é histórica.
- IV. quanto ao conteúdo, a Constituição Federal é material.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.

78. Em relação ao Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- a) A criação de Constituição pelos Estados-membros da Federação é decorrente do poder constituinte originário.
- b) O poder constituinte originário cria a primeira ou a nova Constituição de um Estado.

c) Não há regras para o poder constituinte derivado, em razão de tratar-se de poder inicial.

d) O poder constituinte originário decorrente é exercido pelos Estados-membros na criação de suas Constituições estaduais.

79. A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, indique a alternativa correta.

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são as pessoas políticas que compõem a organização político-administrativa brasileira, todas soberanas e autônomas, nos termos da Constituição.
- b) Os Territórios Federais integram a União e são criados por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes quaisquer relações de dependência ou aliança.
- d) Os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União.

80. A respeito da competência para legislar sobre registros públicos, é correto afirmar:

- a) Os Estados poderão legislar sobre questões específicas acerca de registros públicos se houver autorização da União por meio de lei complementar.
- b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre registros públicos.
- c) Cabe à União estabelecer sobre o assunto as normas gerais. Aos Estados e ao Distrito compete exercer a competência suplementar.
- d) Conforme orientação constitucional, registro público é tema da competência exclusiva e indelegável da União.

81. Sobre o processo legislativo previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, de estado de sítio ou estado de calamidade pública.
- b) Emenda à Constituição poderá mudar a forma federativa de Estado para Estado Unitário descentralizado.
- c) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- d) As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

82. Com relação ao Poder Judiciário, julgue as afirmativas a seguir

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

II. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o crime político.

III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

IV. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

Pode-se afirmar que

- a) apenas I e II estão corretas.
- b) apenas III está correta.
- c) apenas II e IV estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

83. Considerando as disposições constitucionais em relação ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta:

a) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.

b) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição cento e oitenta dias depois de aberta a última vaga.

c) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a dez dias, sob pena de perda do cargo.

d) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

84. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponte a única informação INCORRETA.

a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Vice-presidente do STF e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça ocupam no CNJ, respectivamente, os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente e Corregedor.

b) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato de dois anos, admitindo-se uma recondução.

c) Qualquer pessoa interessada poderá apresentar reclamação e denúncia, diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra os seus serviços auxiliares.

d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de órgão correccional, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Wagner Damazio**

85. Quanto à responsabilidade das empresas privadas prestadoras de serviços públicos (concessionárias e permissionárias), assinale a alternativa correta.

- a) Seguem a regra geral de responsabilização do Código Civil, dependendo de comprovação de dolo ou culpa.
- b) Respondem objetivamente por danos causados, seguindo a regra matriz para a responsabilização extracontratual do Estado.
- c) Não respondem por danos causados, sendo o Estado o único responsável pelo defeito na prestação do serviço público.
- d) Respondem pelos danos causados em todas as hipóteses, ainda que haja culpa exclusiva da vítima ou força maior.

86. Assinale a alternativa que não corresponde a uma hipótese de inexigibilidade de licitação:

- a) Construção, ampliação, reforma e aprimoramento de estabelecimentos penais.
- b) Contratação de serviços técnicos com profissionais ou empresas de notória especialização.
- c) Aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por produtor exclusivo.
- d) Contratação de profissionais do setor artístico consagrados pela opinião pública.

87. Os atos administrativos podem ser extintos por diversas razões. Quanto a isso, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Judiciário pode revogar ato administrativo praticado por outro Poder quando verificada ilegalidade.
- b) A cassação se verifica quando o beneficiário do ato renuncia à situação que desfrutava quando da edição do ato original.
- c) A Administração Pública pode apenas revogar seus próprios atos, não podendo, porém, anulá-los, algo que só acontece pela via judicial.
- d) É possível que o ato seja extinto naturalmente, por ter produzidos seus efeitos.

88. Acerca dos poderes da Administração Pública, assinale a única alternativa correta:

- a) O poder vinculado ou regrado corresponde a um grau mínimo de liberdade conferido pela lei para a prática de determinado ato.
- b) A polícia administrativa é representada pelas corporações policiais, sendo os únicos organismos estatais incumbidos desse papel.
- c) O poder hierárquico mostra-se presente na relação entre a União e os Estados, em que aquela tem prevalência hierárquica sobre estes.
- d) Somente os chefes de Poder Executivo podem exercer o poder normativo.

89. Sobre a Lei Federal nº 13.460/17, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) É desnecessária a existência de sistema de avaliação dos serviços públicos prestados.
- b) A incidência da Lei nº 13.460/17 afasta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.
- c) A manifestação de usuário do serviço público deverá conter a identificação do requerente e será dirigida à ouvidoria.
- d) Não há necessidade de comunicação prévia ao consumidor de que o serviço será interrompido em virtude de inadimplemento.

90. A Constituição Federal contém uma série de disposições em torno do regime jurídico aplicável aos agentes públicos. Assinale a alternativa correta sobre o assunto:

- a) O servidor público eleito vereador deverá obrigatoriamente se afastar do seu cargo público para desempenhar o mandato eletivo.
- b) A Constituição Federal nada prevê sobre a existência de escolas de governo para a capacitação de servidores públicos.
- c) As verbas indenizatórias previstas em lei são incluídas para o cálculo do limite remuneratório constitucional.
- d) O servidor público não estável não fica em disponibilidade caso haja extinção do cargo público.

91. O ordenamento jurídico brasileiro possui dispositivos que possibilitam a intervenção do Estado na propriedade privada. Assinale a alternativa que se mostra adequada às disposições normativas sobre o assunto:

- a) Não há possibilidade de confisco de propriedade privada no ordenamento brasileiro.
- b) A instituição de uma servidão administrativa sobre bem imóvel altera a propriedade do bem.
- c) O tombamento de um bem impede que ele seja gravado com ônus ou encargos, como hipoteca, penhora ou penhor.
- d) A requisição administrativa, justificada com base na existência de iminente perigo público, pode ser usada para o combate de epidemias.

92. Sobre a alienação de bens públicos imóveis, assinale a alternativa adequada:

- a) Podem ser alienados, desde que haja autorização legislativa para órgãos da administração direta, autarquias e fundações.
- b) Bens públicos dominicais são inalienáveis.
- c) O ordenamento jurídico não admite outra modalidade licitatória além da concorrência para a alienação de bens imóveis.
- d) São vedadas doações de imóveis públicos para fins de construção de residências de programas habitacionais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

93. É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) conversão do depósito em renda
- b) moratória
- c) pagamento
- d) isenção

94. Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.

- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.

- c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

- d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

95. Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.

- b) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

- c) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado, desde que sua conduta não seja dolosa.

- d) do emprego da analogia poderá resultar exigência de tributo não previsto em lei.

96. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) O IPVA pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.

- b) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.

- c) Mesmo após a Emenda Constitucional 33/2001, é inconstitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.

- d) O ICMS incide na operação de arrendamento mercantil internacional, mesmo quando não configurada a transferência da titularidade do bem.

97. Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- d) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

98. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.

99. Sobre a classificação dos fatos geradores, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador é qualificado como instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, sendo configurado por um fato ou negócio jurídico singular que, a cada vez que ocorre, implica no nascimento de uma relação jurídica de direito tributário. É o caso do imposto de importação, que a cada nova operação realizada, faz surgir uma obrigação tributária.
- b) Fato gerador periódico ou complexivo é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como *ser proprietário de imóvel urbano*, no caso do IPTU, ou *ser proprietário de veículo automotor*, no caso do IPVA.
- c) Fato gerador continuado é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Cartórios-TJSP-04-07-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

